

A ação assistencial dos industriais corticeiros Robinsons no Alto Alentejo (1870-1910)¹

Social Action by the Robinsons, Cork Industrialists, in the Alto Alentejo (1870-1910).

Ana Isabel Coelho Silva²

Município de Ponte de Sor - CHSC-UC³
aicps1@sapo.pt

Resumo

Uma recente investigação de fundo constatou, para o caso do Alto Alentejo no período da Monarquia Constitucional (1834-1910), a par da forte participação do setor público no plano assistencial, alguns contributos individuais do setor privado, inspirados em sentimentos filantrópicos e/ou caritativos e integrados em estratégias de poder por parte dos grupos dominantes, designadamente no plano asilar, destinados à infância e à pobreza inválida. Entre estes contributos contam-se os da família de industriais corticeiros Robinson, que nos propomos analisar neste artigo. Os Robinsons destacaram-se pela participação na assistência à infância desvalida e pela promoção de um debate teórico, com resultados práticos, acerca do papel relativo do Estado e do setor privado na assistência em geral. Concretamente, fizeram parte da Associação Protetora do Asilo Distrital de Infância Desvalida, desde o início (1873), tendo contribuído com as quotas mais elevadas, e estiveram associados à criação da Creche João Batista Rolo (Portalegre, 1905), que, como era característico destas novas instituições da assistência infantil, esteve ligada a uma grande unidade industrial, a Fábrica Robinson. Estiveram ainda no centro do debate ideológico que levou à criação da Associação Protetora dos Pobres de Portalegre (1906).

Palavras-chave: Robinson; assistência social; infância desvalida; pobreza.

Códigos JEL: I31; N60.

Abstract

In the case of the southern Portuguese region of Alto Alentejo, in the period of the Constitutional Monarchy (1834-1910), a recent substantive investigation demonstrated that, besides the strong participation of the public sector in the area of social assistance, there were some individual contributions from the private sector, namely in the foundation and maintenance of asylums for the poor and for helpless children. These contributions, inspired by philanthropic and/or charitable sentiments and integrated in strategies of power by the dominant groups, include those of the cork industrialist Robinson family, which we propose to analyze in this paper. The Robinsons stood out for their participation in childcare and the promotion of a theoretical debate, with practical results, on the relative role of the State and the private sector in social care. Specifically, they were part of the Protective Association for the District Asylum for Helpless Children, since the beginning (1873), making the largest donations, and were associated with the creation of the João Batista Rolo Nursery (Portalegre, 1905), which was typically linked to a large industrial unit, the Robinson Factory. They were also at the center of the ideological debate that led to the creation of the Protective Association for the Poor of Portalegre (1906).

Keywords: Robinson; social assistance; helpless children; poverty.

Jel Codes: I31; N60.

¹ Artigo recebido em 19/06/2018. Aprovado em 13/09/2018

² Arquivo Histórico Municipal de Ponte de Sor, Avenida da Liberdade, n.º 64 F, 7400-218 Ponte de Sor. Investigadora Colaboradora do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras, Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra.

³ Este artigo baseia-se em alguns capítulos da minha tese de doutoramento: SILVA, Ana Isabel Coelho Pires da. *Assistência social em Portugal na Monarquia Constitucional (1834-1910): da doutrina política à prática no Alto Alentejo*. Tese de doutoramento – FLUC, Coimbra, 2018.

1. Introdução: o Alto Alentejo no século XIX e a família Robinson

O Alto Alentejo caracterizava-se, sob o ponto de vista demográfico, no século XIX como antes e depois, por um povoamento concentrado, uma baixa densidade populacional e uma fraca representatividade em relação ao total nacional de efetivos⁴. Apesar disto, acompanhando a tendência geral, a população registou nesta zona, ao longo da referida centúria, um crescimento progressivo, sendo das mais jovens a nível nacional. Destacam-se ainda, na segunda metade do século, o aumento acima da média da percentagem de população urbana no distrito de Portalegre, bem como a elevada capacidade de atração desta circunscrição, que foi das menos afetadas pela emigração, não obstante os alentejanos terem integrado as migrações internas em direção a Lisboa e sua zona de influência a partir de meados de oitocentos.

Em termos económicos, é indiscutível a preponderância do setor agrícola, nesta região como em todo o país, embora se tenha verificado, na economia alentejana da segunda metade do século XIX, quer uma diferenciação do produto agrícola, incluindo, para além dos cereais (cujo cultivo as leis protecionistas de final do século incentivaram), o gado, o azeite, o vinho e a extração de cortiça, quer uma diversificação produtiva, com a manutenção e o reforço de algumas indústrias tradicionais (caso dos lanifícios em Portalegre) e o surgimento de novas, com grande destaque para a indústria corticeira, maximamente representada no distrito de Portalegre pela grande Fábrica Robinson. O Alto Alentejo assumiu um relevante papel a nível nacional no negócio corticeiro, tanto na sua vertente de produção florestal, representada pelo montado, como na industrial. Em geral, é de reforçar o

4 O Alto Alentejo é uma das regiões do sul de Portugal, correspondendo ao antigo distrito de Portalegre.

contributo da silvicultura para a economia regional, bem como o dinamismo económico e financeiro que o Alentejo conheceu neste período e do qual participaram ativamente as elites fundiárias locais.

A este quadro económico correspondiam, porém, fortes desigualdades sociais, comprovadas historicamente desde o Antigo Regime para alguns concelhos, expressas na distância entre um grupo restrito de latifundiários ou grandes rendeiros e a grande maioria de trabalhadores agrícolas assalariados, fossem eventuais (jornaleiros, ganhões) ou fixos a uma herdade. Várias fontes remetem para as difíceis condições de vida e de trabalho de operários agrícolas e fabris, cujos rendimentos eram em grande medida consumidos pela alimentação, assente no pão, no azeite e nas carnes fumadas ou secas, com alguma fruta e legumes. Tratava-se de uma população maioritariamente analfabeta, que no entanto seria permeável a certa propaganda política na fase final do regime monárquico, manifestando-se ativamente nos campos contra as duras condições de trabalho logo após a implantação da República.

Este retrato geral compatibiliza-se com algumas particularidades locais, como as características urbanas das duas únicas cidades do distrito, Portalegre e Elvas. A primeira foi escolhida pelo inglês Thomas Reynolds para a instalação de uma pequena oficina de transformação de cortiça, numa parte do extinto convento de São Francisco, em 1837 (Ventura, 2007, 11-12). Onze anos depois, em 1848, a oficina foi adquirida por George William Robinson, compatriota de Reynolds, nascido em Wakefield, condado de York, em 1815, que, vindo de uma família ligada à importação de cortiça portuguesa e depois de ter visitado outras localidades em Portugal associadas ao comércio corticeiro local, veio então estabelecer-se definitivamente em Portalegre,

dando início a uma empresa que se converteria na maior unidade fabril da cidade. Segundo António Ventura,

George Robinson possuía todas as condições para triunfar: um estabelecimento fabril com trabalhadores dotados de um know-how, uma região produtora de matéria-prima e, sobretudo, bons contactos em Inglaterra. Iria beneficiar, também, do aumento vertiginoso das exportações de cortiça. (Ventura, 2007, 13).

Nos anos de 1850, a Fábrica Robinson tinha já um total de 210 operários na área produtiva e 50 na extração de cortiça no campo;

[...] foi durante século e meio um caso invulgar no panorama industrial português [...] manteve ao longo do tempo uma laboração sem interrupções, sabendo sempre mover-se mau grado as naturais dificuldades conjunturais. A sua história confunde-se com a história de Portalegre, do Norte Alentejano e da Indústria Corticeira Nacional. (Ventura, 2007, 9).

Na verdade, o papel da família Robinson na vida da comunidade não foi apenas económico, como também salienta Francisco Parejo Moruno, que explica a experiência dos Robinsons em Portalegre através dos termos “oportunidade”, “empreendimento” e “comunidade”, devendo-se este último ao facto de se terem integrado na vida social portalegrense: «Hicieron comunidad en esta villa portuguesa, y participaron activamente de ella.» (Parejo Moruno, 2014, 19). A família era composta pelo casal George William e Sarah Ann Robinson e pelos filhos George Wheelhouse (nascido em Portalegre em 1857) e Mary Chadwick Robinson, que casaram respetivamente com Fanny Isabella Milner e Pedro de Castro da Silveira. George Wheelhouse substituiu o pai na gestão dos negócios a partir de 1881, ao regressar a Portugal após a conclusão dos estudos em Inglaterra, sendo coadjuvado durante alguns anos pelo tio, Thomas Frederick

Robinson; George William faleceria em 1895, em Portalegre, com 80 anos de idade (Ventura, 2007, 15-17).

Concretizando a ideia da amplitude da participação social desta família na vida social de Portalegre, que terá sido mesmo impulsionada pela chegada dos Robinsons, visto que uma parte importante da população passou a trabalhar para a Fábrica ou estava diretamente vinculada a ela, Parejo Moruno refere:

[...] la iniciativa de George Wheelhouse Robinson para la creación de la Asociación de Bomberos Voluntarios de Portalegre y del Cuerpo de Bomberos privado de la Fábrica Robinson. Él mismo fue el impulsor del Monte Pio de los operarios de la fábrica y de la creación de una guardería para los hijos de estos, así como de la primera asociación obrera de carácter sindical en el negocio corchero portugués (el llamado “Sindicato dos Operários Corticeiros do Distrito de Portalegre”). Se sabe también de su participación en la creación de la primera Banda Municipal de Música, y de su permanente disponibilidad para ayudar a las fábricas o negocios portalegrenses con dificultad s, con el objeto de que se preservasen los puestos de trabajo en la localidad. (Parejo Moruno, 2014, 24-25)⁵.

Um outro aspeto de interesse, embora ainda pouco conhecido, é a influência que a família exerceu na vida religiosa da comunidade. Segundo António Ventura, cerca de 1880 George William fundou em Portalegre uma igreja do culto evangélico, «religião professada pela família Robinson e que ganhou um notável incremento entre a população operária da cidade». O mesmo autor considera essa componente religiosa «fundamental para se compreender a dimensão humanitária e altruísta dos Robinson, material-

⁵ Sobre este aspeto, por exemplo, António Ventura refere que, em abril de 1897, «George Wheelhouse comprou a Fábrica de Lanifícios (dita Fábrica Pequena) pondo termo a uma longa crise vivida sem solução aparente, que colocava em risco os postos de trabalho de dezenas de operários. Esta aquisição, que ascendeu a 21.608\$000 reis, deveu-se fundamentalmente a propósitos filantrópicos, cedendo ao pedido das famílias dos trabalhadores ameaçados» (Ventura, 2007, 17).

zada na ajuda ao associativismo e à instrução dos operários»⁶.

A ação assistencial desta família de origem britânica deve inserir-se no quadro internacional da assistência social no longo século XIX, marcado pela afirmação do Estado, embora sem o apagamento das obras privadas, sendo de assinalar a importância da filantropia ou da iniciativa privada neste domínio em países como a Inglaterra, a Bélgica e a Holanda. No primeiro, até à década de 1860 predominou o medo da intervenção estatal nesta como noutras matérias (o *laissez-faire* de Herbert Spencer, que só reconhecia ao Estado o direito de administrar a justiça e os assuntos públicos), embora uma corrente de pensamento de influência crescente, à qual aderiram a imprensa e a opinião pública, viesse sustentar o contrário. Para o caso concreto de Londres durante a época vitoriana, por exemplo, já foi estudada a existência de múltiplas associações filantrópicas, religiosas ou laicas, sustentadas pela iniciativa privada, sendo que a aristocracia e sobretudo as classes médias inglesas consagravam à caridade uma parte importante dos seus orçamentos familiares, com o objetivo não só de ajudar materialmente os pobres, mas também (e em muitos casos sobretudo) de os moralizar (as obras religiosas, católicas ou evangelistas, procuravam inclusivamente a sua «regeneração espiritual») (Barret-Ducrocq, 1994, 17-28). Já em França, no mesmo período, a filantropia foi neutra ou interconfessional, distinguindo-se da ação das fundações religiosas; nasceu no contexto da secularização do século das Luzes e pretendia obrar em nome da humanidade; quis distinguir-se tanto da caridade católica como da assistência pública, podendo separar-se também do paternalismo industrial (Petit, 1997). Neste campo,

em que poderá perspetivar-se também o caso dos industriais Robinsons, as primeiras intervenções patronais, que eram ao mesmo tempo de beneficência, de ajuda à previdência e de controlo social, começaram na década de 1810, no setor sensível das minas; por volta de 1830, os patrões das grandes empresas (sobretudo nas áreas das minas, metalurgia, química e têxtil) organizaram diversas obras de beneficência exclusivamente para os seus operários e suas famílias: creches e escolas, casas de retiro, vivendas operárias, serviços médicos. Estas políticas sociais industriais ou paternalismo industrial afetavam uma minoria das camadas populares, mas permitiam o controlo da mão-de-obra, dissuadindo, atrasando ou dificultando o sindicalismo e as reivindicações operárias (Petit, 1997, 197-198).

2. Participação na assistência à infância desvalida: o Asilo Distrital de Infância Desvalida e a Creche João Batista Rolo

Uma das áreas de intervenção social em que os Robinsons participaram foi na assistência à infância desvalida, primeiramente através do Asilo Distrital, em Portalegre. Este nasceu de uma iniciativa pública (em 1863, a Junta Geral do Distrito atribuiu no seu orçamento um subsídio para a criação do Asilo e foram elaborados os primeiros estatutos, por uma comissão nomeada para o efeito; em 1873, por alvará do Governo Civil, foi criada uma comissão para organizar a Sociedade Protetora e promover uma subscrição pública destinada a obter financiamento), mas contou com o apoio do setor privado (a constituição e a administração do Asilo durante a primeira década da sua existência assentaram no conjunto de sócios, contando com nomes sonantes do meio socioeconómico e político portalegrense). Desde o início, o suporte financeiro público foi essencial para a manutenção da instituição (entre 1873 e 1883, o subsídio da Junta Geral do Dis-

⁶ Citando o mesmo autor, em 1896 «foi fundada a Sociedade União Operária Portalegrense, a primeira associação operária de Portalegre a ultrapassar o mutualismo, uma vez que inscrevia como objectivos a "ilustração e instrução" dos seus associados. Apesar de ser industrial, George Wheelhouse Robinson foi um dos fundadores» (Ventura, 2007, 17).

trito representou mais de um terço das receitas do Asilo), embora não fossem de desconsiderar os contributos privados (sobretudo subscrições e donativos, incluindo grande volume em géneros). As dificuldades financeiras sentidas logo a partir do final da década de 1870 e a falta de interesse dos sócios na administração do Asilo levaram à transferência da titularidade da gestão do domínio privado para o público, primeiro através da Junta Geral do Distrito (1884-1892), depois da Câmara Municipal de Portalegre (a partir de 1892).

Histórias diferentes tiveram o Asilo de Infância Desvalida de Elvas e o de Castelo de Vide, designado do Espírito Santo, casas abertas cerca de 20 anos antes e 20 anos depois, respetivamente, da de Portalegre. Ambas instituídas por particulares, em Elvas por iniciativa em vida do militar José Maria Baldi e em Castelo de Vide pelas disposições testamentárias do casal Almeida Sarzedas, mostraram quase total independência em relação ao setor público, em termos administrativos e financeiros. Ou seja, no que respeita à criação e gestão dos asilos de infância desvalida, deve ser assinalada a heterogeneidade de situações (colaboração público-privado em Portalegre e iniciativa privada predominante em Elvas e Castelo de Vide), configurando um papel ativo do Estado neste domínio, enquanto impulsionador, mas também gestor, financiador e fiscalizador (dos estatutos, regulamentos, contas e orçamentos de todos os asilos, mesmo dos geridos e financiados por particulares). No fundo, o panorama seria idêntico ao que tem sido traçado para outros países da Europa: significativa iniciativa privada, inspirada em sentimentos filantrópicos e/ou caritativos, perfeitamente integrados em estratégias de poder por parte dos grupos dominantes, com enquadramento estatal. De qualquer forma, os três asilos funcionaram de modo idêntico, e, sobretudo, tinham a mesma

missão: acolher, instruir e educar crianças desvalidas, órfãs e/ou pobres, maioritariamente do sexo feminino, de modo a poder devolvê-las à sociedade na qualidade de jovens adultas profissionais e moralmente válidas.

A constituição e a administração do Asilo de Portalegre na primeira década da sua existência assentaram na Associação ou no conjunto de sócios, particulares que, por convite ou por iniciativa própria, se foram juntando a esta empresa. A carta de convite enviada pela comissão instaladora, em novembro de 1873, para a subscrição e inscrição de sócios, dirigiu-se

não só aos habitantes d'este Districto, mas a todas aquellas pessoas de fóra d'elle, cujos sentimentos beneficentes e caritativos são notorios, ou que, encobertos pelo véo da modestia que os recata, são particularmente conhecidos de alguns dos vogaes da commissão.⁷

Os membros da Associação Protetora do Asilo, designados sócios (em 1873⁸) ou associados (em 1875⁹), «pessoas decentes d'ambos os sexos, que concorrerem para a manutenção d'este pio instituto por meio de subscrições ou donativos voluntarios» (Estatutos de 1873, Art.º 4.º), dividiam-se em três classes, de acordo com o valor dos donativos que faziam e com o seu local de residência, em concreto: permanentes, incluindo os que fizessem donativos anuais de quantia não inferior a 24.000 réis, bem como os médicos que prestassem gratuitamente serviço ao Asilo; ordinários, com uma quota anual não inferior a 1.200 réis; e correspondentes, pessoas residentes fora de Portalegre que auxiliassem ou promovessem donativos a favor do Asilo (Art.º 4.º, § único de 1873; Art.º 6.º de 1875). Todos os associados permanentes e ordi-

⁷ ADP, ADPTG/03/Lv001 (Mç335), cópia de ofício expedido em 15 de novembro de 1873, para vários destinatários, não identificados, fls. 5-6

⁸ Estatutos do Asylo da Infancia Desvalida do Districto de Portalegre. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1873.

⁹ Estatutos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do Districto de Portalegre. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1875.

nários tinham direito a votar e ser votados para os cargos da Associação, de exercício gratuito, e a apresentarem em assembleia geral propostas para melhoria da instituição (Art.º 6.º de 1873 e Art.º 7.º de 1875).

As listas de sócios, anexas aos relatórios administrativos anuais do Asilo, revelam um conjunto de nomes destacados do meio socioeconómico e político portalegrense, desde João Read da Costa Cabral, filho do estadista Costa Cabral e governador civil de Portalegre, que impulsionou a própria criação do Asilo, a aristocratas como os Achaíolis, os Barahonas ou os Jusartes e alguns elementos da recente nobreza oitocentista (Viscondes do Reguengo e de Alcântara, Barão de Castelo de Paiva e Baronesa de Brissos), para além de membros de famílias cujo prestígio esteve ligado sobretudo à atividade industrial, como os Larchers (da indústria de lanifícios) e principalmente os Robinsons, proprietários da grande fábrica de cortiça e representados na Associação pelo próprio George William Robinson, a esposa, Sarah Ann Robinson, e o tio, Thomas Frederick (ou «Tomás Frederico», como é designado na documentação do Asilo) Robinson¹⁰. Os membros do casal Robinson foram, de resto, os sócios que, entre 1873 e 1884, contribuíram com as quotas mais elevadas, de 12.000 réis anuais cada um no primeiro ano e de 24.000 réis cada a partir de então, valores muito acima da média das quotizações, entre os 1.000 e os 2.000 réis¹¹.

É de assinalar a participação das mulheres na constituição e na gestão do Asilo. Maria Antónia Lopes considera que o papel das mulheres da burguesia de Coimbra na dinamização do

Asilo dessa cidade é uma das características que distinguem esta instituição das de antigo regime: «Senhoras da sociedade mais requintada passam a ter papel ativo e dirigente nas obras assistenciais. E isto é novo. Ou melhor, as mulheres estiveram sempre presentes no quadro da assistência de antigo regime, mas não como responsáveis institucionais.» (Lopes, 2000, 417)¹². No caso de Portalegre, em alguns anos de 1874 a 1882, as mulheres representaram, em média, 19,5% do total de membros da Associação Protetora do Asilo, e eram anualmente convidadas sete senhoras para desempenhar a função de inspetoras. As sócias eram mulheres de extrato social elevado, como indicam o tratamento por «D.», que antecede todos os registos de nomes de as-sociadas, com uma única exceção, e sobretudo os seus apelidos, por exemplo, Jusarte, Larcher Marçal, Robinson, já acima citados. Em mui-tos casos, eram esposas ou outras familiares de sócios, em particular dos que ocuparam cargos dirigentes, embora seja significativo o facto de se terem associado a título pessoal, contribuindo com quotas à parte das dos maridos ou outros homens de família, como acontecia com Sarah Ann e George Robinson. Esta senhora foi uma das eleitas para o cargo de inspetora pela primeira direção do Asilo, no verão de 1874¹³.

Os benfeitores do Asilo recebiam, em troca, o reconhecimento da instituição, que os identificava nos relatórios anuais do Conselho Diretor, lhes agradecia através de votos em sessões deste órgão e de cartas por ele remetidas, e, distinção máxima, lhes atribuía a categoria de sócios permanentes da Associação Protetora. Entre as cartas de agradecimento, destacamos a enviada a George Wheelhouse Robinson, também ele benfeitor do Asilo, neste caso a propósito da oferta de 100 pães, já no início do século XX: o diretor da instituição testemunhava

10 Também noutros casos foi evidente a adesão de pessoas ilustres aos projetos de asilos para a infância desvalida, como no de Coimbra, onde a Sociedade de Beneficência para a Escola de Asilo de Primeira Infância, constituída em 1835, contou com o apoio de muitos conimbricenses, da própria rainha D. Maria II e de outros membros da família real, bem como de figuras gradas de Lisboa (Roque, 1982, 755)

11 O outro membro da família citado, Thomas Frederick, contribuía anualmente com 9.000 réis. Ver listas das quotas pagas pelos sócios nos relatórios anuais do Conselho Diretor, quer publicados, quer manuscritos, citados na lista final de fontes

12 Ver também, sobre o papel das mulheres no Asilo da Infância Desvalida de Ponte de Lima, inaugurado em 1879, Esteves, 2014, 47-48.

13 ADP, ADPTG/03/Lv001 (Mç335), registo de ofício expedido a 8 de julho de 1874, fl. 8.

admiração pelo cuidado que V. Ex.^a nas múltiplas (sic) preocupações da sua vida essencialmente laboriosa, ou no meio das alegrias que pairam sobre os seus, acha sempre a caridade, como princípio fundamental de todas as manifestações de um espírito culto e de um coração diamantino.¹⁴

Ainda no domínio da assistência à infância, destaca-se a ligação desta família à Creche João Batista Rolo, instituição fundada em Portalegre no início do século XX e cuja história apresenta, de um modo geral, as características apontadas ao contexto internacional e nacional em que surgiram estas novas instituições, nomeadamente, dever-se à iniciativa privada, enquanto prática filantrópica das elites locais, ser motivada por princípios higienistas, sendo o seu instituidor um médico, e estar associada à maior unidade industrial do distrito (simultaneamente uma das maiores do país), a Fábrica Robinson. Na sua origem esteve a fundação da Associação Protetora da Creche João Batista Rolo, cujos estatutos datam de 9 de junho de 1904, com aprovação por alvará do governador civil quase imediata, de 11 de junho¹⁵. Tratava-se de uma «associação de beneficência» (Art.º 1.º) e a creche tinha por fim «alimentar e guardar durante o dia as crianças, cujas mães, por necessidade de trabalhar fóra de suas casas, não podem vigiar-as» (Art.º 2.º). Seria custeada, para além de outras fontes de receita, pelo rendimento do legado de 8 contos de réis «deixado para este fim pelo benemerito portalegrense dr. João Baptista Rollo» (Art.º 3.º)¹⁶.

Esta Creche surgia em resposta ao premente problema da assistência materno-infantil às trabalhadoras da indústria portalegrense: no

início do século XX, estavam empregadas nas diversas manufaturas da cidade 509 mulheres, praticamente metade do total de 1085 operários de ambos os sexos; só na Fábrica de Rolhas dos Robinsons, trabalhavam 408 operárias (mais do que os 355 operários)¹⁷, muito acima do número mínimo de 50 que, desde a publicação do decreto de 14 de abril de 1891 (sobre o trabalho de mulheres e menores em fábricas e oficinas), obrigava à existência de uma creche (Baptista, 2012, 102-103).

Os Estatutos da Associação Protetora da Creche foram assinados por 13 homens, incluindo o industrial corticeiro George Wheelhouse Robinson (1857-1932), filho de George William Robinson, e o médico municipal Francisco António Rodrigues de Gusmão, filho (1860-1919), que assumiria as funções de delegado de saúde do distrito de Portalegre em 1909 e deixaria diversas publicações no domínio sanitário. Foi precisamente este último que proferiu o discurso de inauguração da Creche João Batista Rolo, no dia 6 de abril de 1905, que terminava com elogios ao instituidor da Creche, o médico portalegrense João Batista Rolo, «genuíno philanthropo», e à generosidade do benfeitor George Wheelhouse Robinson, «espírito de elite, que muito tem feito em prol de Portalegre» e «a quem se deve o complemento da doação do primeiro»¹⁸. Na verdade, a Creche foi construída na propriedade da Fábrica Robinson e esta família terá contribuído para o financiamento da instituição, estando presentes alguns dos seus mais destacados membros na inauguração (Leite, 2011, 204)¹⁹. Salientamos, nesta ocasião, os atos simbólicos da entrega das

14 ADP, ADPTG/03/Lv002 (Mç335), cópia de ofício expedido em 7 de junho de 1904.

15 Estatutos da Associação Protectora da Crèche João Baptista Rollo. Portalegre: Typ. Minerva Central, 1904.

16 As receitas ordinárias da Associação eram os juros do referido legado e dos capitais que, porventura, se lhes adiciassem, bem como as quotas anuais dos sócios ordinários. Constituíam receitas extraordinárias as quotas diárias pagas pelas mães das crianças, nos termos adiante indicados, e quaisquer donativos. Para tudo, ver Art.º 9.º dos Estatutos.

17 Os dados relativos aos operários a trabalhar nas manufaturas portalegrenses foram publicados em GUSMÃO, Francisco Rodrigues de. A Tuberculose no concelho de Portalegre: notas demográficas. Lisboa: Typ. do Dia, 1901. Sep. de Revista portuguesa de medicina e cirurgia praticas, p. 27, nota 2.

18 GUSMÃO, Francisco Rodrigues de. A creche: palavras proferidas na inauguração da “Creche João Baptista Rollo”, em Portalegre, no dia 6 de Abril de 1905. Portalegre: Minerva Central, 1905.

19 Esta autora destaca o envolvimento no projeto da Creche de Pedro de Castro da Silveira, genro de George William Robinson e cunhado de George Wheelhouse Robinson, por via do casamento com Mary Chadwick Robinson (a 4 de junho de 1895).

escrituras da casa onde a Creche se instalou ao presidente da Câmara de Portalegre por George Wheelhouse Robinson, bem como a abertura solene da porta principal do edifício pela esposa do industrial, de braço dado com o governador civil. Veja-se a descrição publicada no jornal O Distrito de Portalegre:

À grande obra congregou-se também o importante industrial Sr. George Wheelhouse Robinson, que mais uma vez patenteou o seu entranhado amor pela cidade de Portalegre e pelas classes trabalhadoras. [...] Em seguida o sr. Robinson entregou as escrituras da casa ao sr. presidente, dirigindo-se depois todos para o edifício da Creche. Chegados ali, a esposa do sr. George Robinson, que dava o braço ao sr. governador civil, tomou a chave de uma salva de prata que era conduzida por um criado do sr. Silveira, e abriu a porta principal do edifício da Creche, que foi depois visitado por grande número de circunstantes.²⁰

3. Participação no debate teórico sobre a titularidade pública ou privada da assistência: a Associação Protetora dos Pobres de Portalegre

A promoção e o patrocínio da criação da Creche por parte dos Robinsons terão sido motivados pela reflexão sobre a necessidade de prestação de cuidados aos filhos das operárias das fábricas da família, inserida numa discussão mais alargada, que no início do século XIX se dinamizou em Portalegre, sobre a questão da beneficência pública. Por sua vez, esta refletia o debate que decorria a nível europeu e também nacional sobre o papel relativo do setor público e do setor privado na assistência social. Em termos teóricos, como vimos, no quadro europeu, assistiu-se à valorização do primeiro, com o reconhecimento de que a gravidade dos problemas sociais exigia a intervenção do Estado, embora

complementarmente ao setor privado, tendo a filantropia sido relevante em vários países. Os Congressos Internacionais de Assistência (Paris, 1889 e 1900) espelharam as relações público-privado neste domínio, consagrando a necessidade da ação privada, mas sob a vigilância e a direção do Estado.

Este debate chegou também a Portugal, onde eram conhecidos os autores e as ideias em voga; a maioria dos que escreveram sobre o assunto defendeu a importância de uma organização nacional da assistência, com a intervenção do Estado. A teoria teve reflexos na legislação, onde, para além de ser evidente a contradição entre a conceção da assistência como direito, expressa na lei fundamental, e como simples obrigação moral, foi patente a defesa de uma posição intermédia do Estado, ou seja, nem total alheamento em relação à pobreza, nem intervenção exclusiva; aquele tinha a obrigação moral de intervir, colaborando com a iniciativa privada e com funções de fiscalização, mas sem se transformar no «dispensador soberano da esmola» (decreto de 21 de novembro de 1867). No início do século XX, constatava-se a maior intervenção do Estado, devido à incapacidade e insuficiência da ação privada, e a necessidade de uma legislação de enquadramento. Porém, a proposta de Hintze Ribeiro (1903) despertou a reação das misericórdias, que temeram uma acentuada centralização, e não se concretizou.

Qual o eco que todas estas reflexões tiveram no Alto Alentejo? Entre 1905 e 1906, segundo Rita Leite, terá ocorrido em Portalegre uma

[...] discussão alargada sobre a questão fundamental da “beneficência pública”. Centrados na preocupação com o “bem-estar social”, convidaram-se os principais elementos da representação social de Portalegre a reunirem-se em casa dos Robinsons para discussão do tema, com vista à prossecução de um pro-

²⁰ O Distrito de Portalegre. Ano 22, n.º 1244 (9 abril 1905), p. 1-2, cit. por Leite, 2011, 204.

jecto de combate à mendicidade e à miséria, definidas como o “horroroso cancro da civilização dos nossos tempos” [...]. Daí surgiria a Associação Protectora dos Pobres [...] substancialmente influenciada pelos modelos da Alemanha, Inglaterra, França e Itália e pelo sistema beneficiário de Elberfeld, de inspiração bíblica [...]. (Leite, 2011, 204-205)²¹.

Conforme noticiava o periódico local já citado, em janeiro de 1906, a referida Associação, cujos estatutos foram publicados a 11 de março, propunha-se

[...] acabar de vez com esses espectáculos vergonhosos, que diariamente observamos pelas ruas da cidade. Os mendigos, uns por necessidade, outros por vício, não se exhibirão por aí num cortejo desolador [...] esperando que um criado lhes venha entregar os míseros 5 réis. [...] Grandes e pequenos formarão o grande núcleo, e à sua frente caminhará o grande apóstolo da caridade, o sr. George Robinson, o iniciador de tão altruísta ideia [...].²²

Um dos principais intervenientes nesta iniciativa foi o já citado delegado de Saúde do distrito de Portalegre, Rodrigues de Gusmão, que em 1907 publicou um Estudo sobre a forma pratica de, independentemente da acção governativa, se implantar nas provincias a assistencia moderna. Nesta obra, cujo título remete desde logo para a valorização da iniciativa privada no domínio assistencial e da sua autonomia em relação ao poder público, o autor começava por partilhar da ideia veiculada na legislação nacional, segundo a qual «a previdencia sobreleva sem duvida a beneficencia»; porém, enquanto não se concretizasse esse ideal, e «muito tardará ainda», era necessário substituir a caridade individual por uma «assistencia methodica, racional, scientifica», pois aquela, ligada à esmola indiferenciada, «tem como inevitavel consequencia favorecer

e fomentar a preguiça e a imprevidencia». Era neste sentido, o de «amparar o verdadeiro pobre e extinguir a praga de mendigos», que, desde meados do século XIX, vários países europeus vinham remodelando os seus serviços de assistência pública²³. Já em Portugal, embora viessem aumentando, em número e em diversidade, as instituições assistenciais, faltava-lhes coordenação, para evitar «desperdícios e superfluidades» na distribuição dos socorros; isto é, «não há lei que regule e fiscalise os serviços de assistencia publica». Rodrigues Gusmão estava consciente de que o citado projeto de reforma de 1903 tinha sido posto na gaveta devido ao «movimento de protesto» das misericórdias²⁴. Fora publicada uma reforma parcial, relativa apenas aos serviços de beneficência pública em Lisboa, ficando ao delegado de Saúde a sentida interrogação:

[...] o que diremos nós os que vivemos nas terras de provincia, tendo os nossos pobres, pôde dizer-se, reduzidos a um hospital com escassos rendimentos, sem pavilhões de isolamento, sem serviços de desinfecção, sem as installações mais rudimentares da moderna hygiene [...] Sim, o que diremos nós d'esta penuria extrema?...²⁵

Procurando dar resposta a esta inquietação, Rodrigues de Gusmão estudou o assunto em várias obras nacionais e internacionais, citando concretamente o relatório do Congresso de Beneficência de Paris de 1900 e o preliminar do referido projeto de 1903, e

[...] convenci-me de que, na ausencia d'um plano uniforme de assistencia publica [...] só poderia crear-se, para tal fim, uma associação de beneficencia, em cujos estatutos se consignassem os principios geraes do systema d'Elberfeld [...]. Foram n'estas circumstancias por mim elaborados os Estatutos da Associação

21 A autora cita um artigo publicado em O Distrito de Portalegre. Ano 22, n.º 1297 (15 outubro 1905), p. 1.

22 O Distrito de Portalegre. Ano 23, n.º 1322 (10 janeiro 1906), p. 1, cit. por Leite, 2011, 205.

23 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social: estudo sobre a forma pratica de, independentemente da acção governativa, se implantar nas provincias a assistencia moderna*. Lisboa: Typografia Adolpho de Mendonça, 1907, p. 5-8.

24 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 9.

25 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 10.

Protectora dos Pobres de Portalegre [...].²⁶

Este trabalho, segundo o autor, poderia servir de «modelo de estatutos para quantas sociedades d'esta indole a philanthropia particular tente estabelecer nas terras de provincia». Numa formulação muito clara, usando inclusivamente a designação de uma forma de intervenção estatal no plano social que se configuraria décadas depois, Rodrigues de Gusmão defendia a necessidade dessa «philanthropia particular», baseada na responsabilidade de cada comunidade pelos respetivos carenciados:

Convem, em verdade, não fiar tudo do Estado-Providencia e seguir os exemplos que nos vêem de paizes onde é reputado dever social cada localidade incumbir-se dos seus pobres e dos seus doentes.²⁷

O «tão humanitario, racional e justamente preconizado systema d'Elberfeld» em que o autor se baseava, foi instituído na Alemanha em 1853 e introduziu a individualização e a descentralização na assistência pública, valorizando a assistência domiciliária (Martins, 1999, 106). Referindo-se à vontade da família Robinson em aplicá-lo a Portalegre, a imprensa local esclarecia, em 1905, que Elberfeld era uma cidade industrial da Prússia Renana, onde Daniel von der Heydt, influenciado pela leitura da Bíblia, desenvolveu a ideia de um sistema beneficiário onde

[...] os cidadãos de vida económica mais desafrontada devem tomar sobre si o encargo de velar pelo bom destino dos cidadãos pobres, não com esmolas dadas sem fim conhecido, mas com recursos que levem um a comprar a máquina de que careça para o estabelecimento de uma indústria, outro a ser recebido numa casa de educação para que revele tendências, aquel'outro a mudar o rumo da sua actividade num sentido mais produtivo, e est'outro a não se ver nunca sem meios de trabalho remunerador: a mendicidade torna-se assim um

crime dos mais revoltantes, e a invalidez vai acolher-se, confiada, à protecção dos asilos²⁸

Segundo Rita Leite, os Robinsons foram particularmente influenciados pela leitura da obra *Cities and citizens or Britain's next cam-paign*, de Julie Sutter, publicada em 1903, onde se defendia a aplicação do sistema de Elberfeld à Grã-Bretanha. E a família «não só promoveu a discussão desse sistema através da imprensa regional como proporcionou a leitura daquela obra aos demais participantes naquela discussão alargada».

Seguindo estes princípios, o sistema de beneficência proposto por Rodrigues de Gusmão e consubstanciado nos referidos Estatutos assentava em três bases fundamentais, que eram ao mesmo tempo os seus «fins geraes», nomeadamente, o conhecimento das necessidades dos pobres, a investigação do domicílio de socorro e a graduação deste consoante as carências²⁹. Em relação ao primeiro aspeto, correspondia à já antiga ambição de distinguir o verdadeiro do falso pobre ou, nas palavras do autor, «o pobre do ebrio, do cigano, do vagabundo, do mendigo de profissão, que jámais trabalhou». O falso pobre impedia que a ajuda chegasse aos «verdadeiros necessitados, muitos dos quaes ficam actualmente desprotegidos, sobretudo a pobreza envergonhada». Mais claramente ainda, afirmava-se: «a caridade não pode, nem deve, ser cega, nem surda. Deve fazer-se bem, mas é impreterível saber a quem.»³⁰. A averiguação das condições de pobreza caberia aos curadores, que visitavam os domicílios e faziam indagações sobre os candidatos ao socorro. A qualidade de candidato aos benefícios da Associação adquiria-se pelo domicílio de socorro, que, por sua vez, se alcançava pela permanência durante um ano na localidade.

A justificação desta regra residia, por um lado,
28 O Distrito de Portalegre. Ano 22, n.º 1297 (15 outubro 1905), p. 1, cit. por Leite, 2011, 205.
29 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. Assistência social..., cit., p. 12.
30 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. Assistência social..., cit., p. 13.

26 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. Assistência social..., cit., p. 11.

27 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. Assistência social..., cit., p. 11.

na crença de que «devemos particularmente atender aos nossos pobres e aos nossos doentes»; por outro lado, na «exploração dos mendigos de residência instável [...], em detrimento dos verdadeiros necessitados»; e ainda no facto de a apreciação sobre o direito ao socorro só poder ser feita caso a caso e tendo em conta as condições de vida, «portanto, só na própria e respectiva localidade». Rodrigues Gusmão considerava este «o ponto mais difícil na execução d'um moderno regimen de beneficencia» e, ao mesmo tempo, a «função primacial» do sistema, que cabia aos curadores. O registo das averiguações conducentes à concessão do domicílio de socorro e, portanto, à possibilidade de obter auxílio da Associação, «é a historia summaria dos pobres da localidade»³¹.

No que respeita à natureza e à graduação dos socorros, destacamos dois aspetos, começando pela valorização do trabalho e da previdência, visível no facto de uma das formas de atuação da Associação ser «proporcionar condições de vida pelo trabalho» e de a concessão de ajuda estar em parte condicionada pelo «comportamento, hábitos de trabalho e espirito de previdencia» dos candidatos (Art.º 17.º dos Estatutos); o autor chamava claramente a atenção para a «necessidade de inculcar nas classes menos favorecidas hábitos de trabalho e de previdencia» e referia que, para os pobres não totalmente inválidos, «a melhor esmola [...] não é dinheiro, é trabalho, é o pão do trabalho», forma de socorro que assumia também uma dimensão moral e, em certos casos, se transformava inclusivamente numa «escola de regeneração»³². Outro tópico relevante é o do papel da Associação na promoção do acesso à assistência médica, proporcionada quer pelos partidos municipais de medicina, quer pelos hospitais. No primeiro caso, visto que, apesar da existência dos partidos, «por uma quase incompreensível

ignorancia chama-se ainda o curandeiro, ou endireita, a benzedeira, o soldador», «a associação pode ser útil, estimulando [...] pelos curadores a iniciativa da familia do enfermo, illuminando esse denso obscurantismo». Quanto aos hospitais, o essencial era a defesa do tratamento domiciliário, pois, com a assistência gratuita do médico do partido «e um pequeno auxilio, que a associação poderia dar-lhes», muitos doentes poderiam ser tratados em casa, com vantagem para os próprios e para as instituições hospitalares³³. O autor salientava a importância da cooperação da Associação com as instituições locais e com os meios de auxílio já legalmente existentes, sem prejuízo das respetivas autonomias e com a vantagem do conhecimento comum dos socorros prestados, evitando a sua duplicação.

Os meios financeiros da Associação proviriam das quotas dos sócios, de doações e legados, de subscrições e festas de caridade, de juros de capitais e de subsídios concedidos por corporações administrativas, acreditando Rodrigues de Gusmão que as câmaras municipais, em particular, «prestem auxilio a associações d'esta indole, — que são patrioticas, e que devem contribuir para o levantamento da hygiene local»³⁴. Em particular, informava o autor, a Câmara Municipal de Portalegre concorria anualmente para a Associação da cidade respetiva com um subsídio de 288.000 réis.

O autor terminava o seu Estudo insistindo nas vantagens sociais e económicas do sistema de Elberfeld e, em concreto, das associações nele baseadas e cujo modelo de estatutos então propunha, designadamente: socorro aos verdadeiros pobres; extinção do «repugnante espectáculo» da mendicidade e da exploração infantil a ele associada; criação de hábitos de trabalho e estímulo à previdência popular; promo-

31 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 14-15.

32 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 15-18.

33 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 16-17.

34 GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 18.

ção da higiene das habitações, contributo para a profilaxia anti-tuberculosa; cooperação benéfica com as instituições de assistência e meios de auxílio já existentes³⁵. Prova de que as suas ideias não eram utópicas, segundo Rodrigues de Gusmão, era o facto de a «incipiente» Associação Protetora dos Pobres de Portalegre, fundada no ano anterior, em 1906, já «distribuir a 108 pobres socorros que chegam para a sua sustentação, havendo assim reduzido consideravelmente o numero de mendigos»³⁶.

Considerações finais

No período da Monarquia Constitucional, na região do Alto Alentejo, quanto à questão da titularidade pública ou privada da assistência social em geral, constatou-se a existência de um cenário misto, em que os dados sugerem a preponderância do enquadramento estatal. A ação beneficente de particulares, organizada ou institucional, fez-se sentir sobretudo ao nível da criação e manutenção de instituições asilares, mormente destinadas à infância, entre as quais o Asilo Distrital de Infância Desvalida de Portalegre e, noutro modelo, a Creche João Batista Rolo. Em ambas se destacou a participação da família de industriais corticeiros Robinson, que escolheu assumir um papel social relevante na cidade de Portalegre, estando também no centro de um debate teórico, acerca daquela mesma questão, com resultados práticos assentes na valorização da filantropia

³⁵ GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 20-21.

³⁶ GUSMÃO, F. A. Rodrigues de. *Assistencia social...*, cit., p. 22.

Fontes

Estatutos do Asylo da Infancia Desvalida do Districto de Portalegre. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1873.

Estatutos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do Districto de Portalegre. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1875.

Estatutos da Associação Protectora da Crèche João Baptista Rollo. Portalegre: Typ. Minerva Central, 1904.

GUSMÃO, Francisco Rodrigues de. A Tuberculose no concelho de Portalegre: notas demográficas. Lisboa: Typ. do Dia, 1901. Sep. de Revista portugueza de medicina e cirurgia praticas.

IDEM. A creche: palavras proferidas na inauguração da “Creche João Baptista Rollo”, em Portalegre, no dia 6 de Abril de 1905. Portalegre: Minerva Central, 1905.

IDEM. Assistencia social: estudo sobre a forma pratica de, independentemente da acção governativa, se implantar nas provincias a assistencia moderna. Lisboa: Typografia Adolpho de Mendonça, 1907.

Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do Districto de Portalegre no anno economico de 1873-1874: 1.º da sua installação. [Portalegre]: Typ. Portalegrense, 1875.

Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do districto de Portalegre: anno economico de 1874-1875: 2.º da sua installação. [Portalegre]: Typ. Portalegrense, 1876.

Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do districto de Portalegre: anno economico de 1877-1878: 5.º da sua installação. Portalegre: Typ. Portalegrense, 1879.

Relatorio e contas do Asylo de Nossa Senhora da Conceição para a Infancia Desvalida do districto de Portalegre : anno economico de 1881-1882: 9.º da sua installação. Portalegre: Typ. de J. M. da Silva, 1883.

Arquivo Distrital de Portalegre: ADPTG/02/Lv001 (Mç335); ADPTG/03/Lv001 (Mç335); ADPTG/03/Lv002 (Mç335).

Bibliografia

BAPTISTA, Virgínia. Protecção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal: as origens do Estado-Providência (1880-1943). Tese de doutoramento – ISCTE-IUL, Lisboa, 2012.

BARRET-DUCROCQ, Françoise. «La mobilisation philanthropique à Londres dans la période victorienne: une sainte violence». In: BEC, Colette [et al.], dir. *Philanthropies et politiques sociales en Europe (XVIIIe-XXe siècles)*. Paris: Anthropos, pp. 17-28, 1994.

ESTEVEES, Alexandra. «A assistência à infância desvalida no Alto Minho oitocentista: o caso do Asilo de Infância Desvalida D. Maria Pia de Ponte de Lima». *Revista Angelus Novus*. USP. Ano V, n.º 8, pp. 31-56, 2014.

LEITE, Rita Mendonça. «Duas militâncias evangélicas: Alfredo Henrique da Silva e Pedro Cas-tro da Silveira». In: FERREIRA, António Matos; ALMEIDA, João Miguel, coord. *Religião e cidadania: protagonistas, motivações e dinâmicas sociais no contexto ibérico*. Lisboa: CEHR-UCP, 2011.

LOPES, Maria Antónia. *Pobreza, assistência e controlo social: Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage Editores, 2000.

MARTINS, Alcina Maria de Castro. *Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 1999.

PAREJO, Francisco. «Fábrica Robinson: oportunidad, emprendimiento y comuni-dad: Clío busca respuestas: hagamos las preguntas». *Publicações da Fundação Robinson*. n.º 20, pp. 18-29, 2014.

PETIT, Jacques-Guy. *Pobreza, beneficencia y políticas sociales en Francia (siglo XVIII-comienzos del XX)*. In: ESTEBAN DE VEGA, Mariano, ed. lit. *Pobreza, beneficencia y política social*. Madrid, Marcial Pons, pp. 179-210. 1997.

ROQUE, João Lourenço. *Classes populares no distrito de Coimbra no século XIX (1830-1870): contributo para o seu estudo*. Tese de doutoramento – FLUC, Coimbra, 1982.

VENTURA, António. *Para uma cronologia da Fábrica Robinson 1848-1966*. Publicações da Fundação Robinson. n.º 0 pp. 8-23, 2007.